

PROJETO DE PESQUISA

TEMPO E TRABALHO INTELECTUAL*

José Carlos Bruni**

RESUMO: Por que a sensação generalizada de falta de tempo? Tomando-se esta questão como ponto de partida, trata-se de explorar alguns tipos de temporalidade da sociedade moderna para, em seguida, focar diretamente o tempo próprio da atividade intelectual - a temporalidade do saber -, por hipótese irredutível à racionalidade dos ritmos da produtividade a todo custo. Discute-se inicialmente a temporalidade fundamental da sociedade capitalista, com seu tempo linear, homogêneo, infinitamente decomponível, marcado pelo imperativo da produtividade. Menciona-se a importância do tempo cíclico, que o capitalismo não chega a abolir, para se colocar a especificidade do tempo do trabalho intelectual, marcado pela criação e pelo acaso. A pesquisa pretende detectar como, no trabalho dos docentes da Universidade de São Paulo, coloca-se a questão da temporalidade do saber, face ao processo de modernização da universidade, que pretende instituir, de forma sólida, a temporalidade da produtividade.

UNITERMOS: tempo, tempo linear, tempo cíclico, temporalidade da produtividade, temporalidade do saber, modernização, Universidade de São Paulo.

* Projeto apresentado ao CNPq no 2º semestre de 1990, tendo obtido aprovação.

** Professor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP.

Introdução

A idéia deste projeto de pesquisa começou a se formar a partir do momento em que, em outubro de 1989, fui procurado pela jornalista Maria Amalia Bernardi, da revista *Veja*, que me solicitou uma entrevista sobre a questão da falta de tempo dos paulistanos. Meu nome lhe havia sido indicado por colegas do “Grupo de Estudos sobre o Tempo”, do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, grupo multidisciplinar do qual faço parte desde 1988. Além daquela primeira conversa, a jornalista voltou a procurar-me em abril de 1990 para uma segunda entrevista. A reportagem, intitulada “Não adianta, o dia só tem 24 horas”, foi publicada na revista *Veja*/São Paulo, edição de 2 de maio de 1990, p. 10-17.

Habitado a leituras e conversas de natureza bastante teóricas sobre o tempo, foi grande o esforço para deslocar meu pensamento, durante as conversas com a jornalista, para um campo bastante preciso: a vida cotidiana atual numa grande metrópole, onde facilmente se verifica “uma situação de generalizada falta de tempo para as pessoas”, situação tanto mais paradoxal quanto mais se consideram o avanço tecnológico atual e a redução visível de tempos gastos em inúmeras atividades cotidianas. “Anos atrás - na verdade, muitos anos atrás - imaginava-se que nesta última década do século a humanidade estaria entrando, triunfante, na era do lazer. Em consequência do espantoso progresso tecnológico dos últimos trinta anos, que trouxe a instalação definitiva do computador na vida cotidiana, equipamentos domésticos cada vez mais eficientes, carros e aviões cada vez mais velozes, supunha-se que toda uma série de tarefas seria eliminada ou feita em muito menos tempo. Praticamente qualquer tipo de trabalho, segundo essas felizes previsões, passaria a ser realizado com muito mais rapidez, pois, tanto no escritório, na linha de montagem ou nos balcões do comércio, máquinas cada vez mais sofisticadas e inteligentes estariam liberando as pessoas de tarefas demoradas, mecânicas e repetitivas. As comunicações, por obra dos satélites, seriam instantâneas. O tráfego, com novas tecnologias para o transporte de massa, faria dos congestionamentos mera lembrança do passado. Bancos, cobranças, pagamentos? A automação se encarregaria de resolver qualquer problema em poucos minutos. Com tudo isso, concluíam as previsões, iria sobrar mais tempo do que nunca para o indivíduo - tempo que ele poderia então dedicar, livremente, ao lazer, ao aperfeiçoamento pessoal, a uma convivência mais rica com a família e as amizades” (Bernardi, 1990, p. 11-12). Ora, toda aquela promessa de tempo livre revelou-se ilusória: na verdade, cada vez mais,

as pessoas têm mais e mais coisas a fazer, numa sucessão ininterrupta de atividades. Contra o desejo de todos de mais tempo livre, a dura realidade de um inesgotável suceder de obrigações, compromissos, tarefas e atividades, uma sensação permanente de “falta”, de “perda” de tempo, de não “ter” tempo. Situação generalizada, envolvendo trabalhadores braçais, profissionais liberais, empresários, comerciantes, crianças, jovens, homens, mulheres.

Essas observações, ligeiras mas significativas, levam-nos, entretanto, a interrogar sobre o sentido dessa velocidade que impregnou o cotidiano, afetando não só objetos e coisas, mas sobretudo a nós próprios, tão ciosos que somos de nosso progresso e de nossa modernidade, deixando-nos carregar como um fardo cada vez mais pesado esse inestirpável sentimento de urgência. Como chegamos a isso? Como esta situação se produziu? Temos pois pela frente o desafio de tentar compreender mais de perto a forma, ou formas, de temporalidade própria à nossa sociedade. O que marca o tempo social que vivemos hoje? O que o produz, o que o constitui, o que o estrutura? Procuremos inicialmente percorrer uma via mais analítica.

Tempo e capitalismo

A maior parte dos autores que se dedicam às ciências sociais trabalha com a distinção entre tempo cíclico e tempo linear, que a grosso modo recobriria a distinção entre sociedades pré- ou não-capitalistas e sociedades capitalistas, datando o final da Idade Média como momento em que começa a se generalizar, no Ocidente, o tempo linear. Diz Jacques Le Goff: “o conflito entre o tempo da Igreja e o tempo dos mercadores afirma-se pois em plena Idade Média como um dos acontecimentos maiores da história mental destes séculos, durante os quais se elabora a ideologia do mundo moderno, sob a pressão da alteração das estruturas e das práticas econômicas” (Le Goff, 1980, p. 45). De fato, a atividade mercantil introduz uma nova forma de temporalidade, distinta daquela instituída pelas práticas cristãs, caracterizadas pela representação da eternidade, pela repetição ritual do sacrifício do filho de Deus, pela idéia de que o tempo pertence a Deus, e o que a ele pertence não pode ser profanado, isto é, não pode ser atribuído um preço e ser vendido. Ora, o empréstimo de dinheiro a juros - a usura - vai introduzir uma radical alteração na consciência do tempo, que de dádiva divina passa a ser objeto lucrativo. “Da mesma forma que o camponês, o mercador está submetido, na sua atividade profissional, em primeiro lugar ao tempo meteorológico, ao ciclo das estações, à imprevisibilidade das intempéries e dos

cataclismos naturais. Neste aspecto, e durante muito tempo, ele só necessitou de submissão à ordem da natureza e de Deus e só teve, como meio de ação, a oração e as práticas supersticiosas. Mas quando se organiza uma rede comercial, o tempo torna-se objeto de medida. A demora de uma viagem, por mar ou por terra, de um lugar para outro, o problema dos preços que, no decorrer de uma mesma operação comercial, e mais ainda quando o circuito se complica, sobem ou descem, aumentam ou diminuem os lucros, a duração do trabalho artesanal ou operário (o mercador é também quase sempre um doador de trabalho) - tudo isto se impõe cada vez mais à sua atenção e se torna objeto de regulamentação cada vez mais minuciosa. (...) Para o mercador, o meio tecnológico sobrepõe um tempo novo, mensurável, quer dizer, orientado e previsível, ao tempo eternamente recomeçado e perpetuamente imprevisível do meio natural” (Le Goff, 1980, p. 51-52).

A esse novo tempo - linear, homogêneo, divisível, mensurável, analisável, calculável, previsível, enfim, racional - vai corresponder um objeto, símbolo por excelência dessa transformação social: o relógio. Difundido cada vez mais a partir do século XVI, o relógio é marcado por uma ambigüidade básica. Permite ao homem o controle objetivo do tempo e é por ele controlado ao se tornar instrumento privilegiado na disciplina do trabalho. Introduzido primeiro na praça pública para avisar as horas dos ofícios sagrados e as horas da feira e do mercado, vai aos poucos se individualizando, depois de se tornar objeto indispensável nas oficinas e manufaturas, onde vai servir tanto para medir o tempo “gasto” no trabalho, como para permitir um controle rigoroso sobre a administração do tempo efetivamente empregado no trabalho, tornando possível a sincronização das diferentes etapas do trabalho (V. Thompson, 1979, p. 258 e segs.). É bastante conhecida a história da apropriação violenta do tempo dos trabalhadores, desde os inícios do capitalismo, obrigando-os a longuíssimas jornadas de trabalho, a suportarem a vigilância dos mestres e contra-mestres quanto aos menores desvios de atenção da tarefa, os horários rígidos de entrada e de intervalos no serviço, bem como a árdua luta dos trabalhadores para a redução da jornada de trabalho (V. Negt, 1984). Mas é Foucault que mostra como o controle do tempo, longe de se localizar apenas na indústria, vai se tornar objeto de preocupação constante no exército, na escola, no hospital, na prisão, enfim, nas instituições sociais de um modo geral. O controle do tempo torna-se peça fundamental na instituição das disciplinas, essas pequenas peças de exercício do poder que funcionam pelo detalhe, pela minúcia, pelo mínimo gesto, pela descrição. O tempo é novamente serializado, dividido, adaptado à lógica das seqüências das mais diferentes atividades tanto cotidianas como aquelas que se prolongam pela vida das pessoas. É neste momento que a idéia de “evolução” pode ganhar concretude. “Os procedimentos

disciplinares revelam um tempo linear cujos momentos se integram uns nos outros, e que se orienta para um ponto terminal e estável. Em suma, um tempo 'evolutivo'. Ora, é preciso lembrar que no mesmo momento as técnicas administrativas e econômicas de controle manifestavam um tempo social de tipo serial, orientado e cumulativo: descoberta de uma evolução em termos de 'progresso'. As técnicas disciplinares, por sua vez, fazem emergir séries individuais: descoberta de uma evolução em termos de 'gênese'. Progresso das sociedades, gênese dos indivíduos, essas duas grandes 'descobertas' do século XVIII, são talvez correlatas das novas técnicas de poder e, mais precisamente, de uma nova maneira de gerir o tempo e torná-lo útil, por recorte segmentar, por serialização, por síntese e totalização. Uma macro e uma microfísica do poder permitiram, não certamente a invenção da história (já há um bom tempo ela não precisava mais ser inventada), mas a integração de uma dimensão temporal unitária, cumulativa no exercício dos controles e na prática das dominações. A historicidade 'evolutiva', assim como se constitui então - e tão profundamente que ainda hoje é para muitos uma evidência - está ligada a um modo de funcionamento do poder, da mesma forma que a 'história - lembrança' das crônicas, das genealogias, das proezas, dos reinos e dos atos esteve muito tempo ligada a uma outra modalidade de poder. Com as novas técnicas de sujeição, a 'dinâmica' das evoluções contínuas tende a substituir a 'dinástica' dos acontecimentos solenes'' (Foucault, 1977, p. 145).

Seguindo as pistas de Foucault, poderíamos dizer que os múltiplos procedimentos disciplinares de linearização do tempo estão na base das representações que a sociedade industrial passa a fazer de si mesma: a própria emergência da sociologia como ciência pode ser vista como o momento em que a sociedade se identifica ao tempo, concebe-se como histórica e afirma sua diferença e ruptura com as formas sociais anteriores, na constatação de que todas as formas de sociabilidade passadas são alteradas, subvertidas ou suprimidas, nesta modernidade em que "tudo que é sólido desmancha no ar" e que se expõe ao caráter simultaneamente conservador e revolucionário do tempo histórico. Não se trata apenas de constatar quais as representações que a sociedade passa a ter *sobre* o tempo, mas trata-se antes de compreender que ela se identifica, se nomeia como tempo. Momento crucial para a compreensão da modernidade, em que Kant, Hegel e Comte nos dão os códigos mais desenvolvidos dos esquemas essenciais da temporalidade burguesa. Kant traz o tempo, como forma *a priori* da sensibilidade, para o interior da capacidade humana de conhecer, isto é, interioriza o que até então era concebido para parâmetro exterior e indiferente para os objetos distribuídos no espaço. Hegel mostra como a cultura é história, é auto-formação dilacerada e triunfante do espírito, essa consciência absoluta do tempo e da eternidade. Comte constrói, na linguagem do senso comum, os esquemas temporais com os quais a sociedade industrial

traça sua auto-imagem: a humanidade, na sua trajetória histórica, percorre fases numa determinada sucessão, passando da infância à maturidade pelo intermediário da adolescência, numa continuidade sem fissuras de tal modo que qualquer que seja a época considerada, é a figura da transição que melhor a caracteriza. No conjunto, destaca-se a idéia de progresso, que justamente conhece seu apogeu entre 1750 e 1950 (V. Nisbet, 1985), mas antes de tudo no século XIX. Funciona como idéia-síntese: nela vêm se aninhar os conceitos de evolução, crescimento, desenvolvimento, organização, planejamento, figuras todas devedoras de um imaginário que privilegia o futuro como dimensão temporal mais plena, mais intensa, mais “real” do que o passado ou o presente, representação inteiramente coerente com a “fantasia de onipotência” (V. Catoriadis, 1982, p. 244) do tempo pensado e praticado como infinitamente produtivo. Pois a produtividade do tempo abstrato da nossa sociedade está ligado ao processo da divisão infinita dos intervalos de tempo de uma determinada atividade em unidades cada vez menores, sem que, em princípio, nenhum limite possa a isso se opor. “Progresso significa aqui, num sentido inteiramente enfático, o avanço da produtividade do trabalho, isto é, a elevação do volume de produção e do desempenho por pessoa e por unidade de tempo. O progresso na provisão de bens e o progresso social são neste caso grandezas derivadas. A compreensão da produtividade e eficiência da sociedade do desempenho (*Leistungsgesellschaft*) e da sociedade industrial desenvolvidas está indissolúvelmente ligada ao fator tempo. (...) O progresso técnico, o aumento da produtividade do trabalho, ganha do intervalo de tempo ganho, um novo intervalo de tempo, do qual o progresso técnico ganha um intervalo de tempo, do qual ganha-se tempo, etc. (...) O tempo permanece, mesmo depois da divisão, aquilo que ele era: um todo, mesmo que seja a metade do todo originário. O tempo é novamente um completo intervalo de tempo que pode propiciar novo intervalo de tempo para a fabricação de um produto, a superação de uma distância, a transmissão de uma notícia. Ele contém, mesmo depois da divisão infinita, o caráter de algo novamente divisível” (Rinderspacher & Ermert, 1986, p. 313).

Ora, se o tempo linear, mensurável, homogêneo, disciplinar e infinitamente produtivo constituem as bases estruturais da temporalidade capitalista, não devemos esquecer que esta dimensão não esgota as diferentes temporalidades da sociedade moderna. Os sociólogos têm apontado as diferentes temporalidades próprias e específicas às diferentes instituições, classes, grupos e camadas sociais (V. Pronovost, 1989; Bergmann, 1983).

Na verdade, esta teoria da temporalidade capitalista pressupõe uma certa concepção do tempo, justamente seu caráter progressivo e produtivo, só que o modo de produção capitalista constrói o tempo como alienado, ou, em outras palavras, o proletariado, criador das riquezas, encontra-se fora da possibilidade do controle desse tempo em seu benefício. Em suma, esta concepção econômica do tempo objetivo e sucessivo não esgota outras maneiras

de conceber o tempo a partir de outros pressupostos. Para não me estender demais, mencionarei apenas uma delas, a que associa o tempo à morte (e não à produção). A partir desta concepção, o que interessa a essa teoria é verificar como a cultura constrói esquemas simbólicos protetores contra a voragem do tempo, contra o ciclo nascimento-morte, contra a angústia perante o caráter passageiro e transitório da existência. Dando destaque às funções da memória, das tradições, dos rituais coletivos, da repetição, mostram como, de certo modo a cultura pode neutralizar o tempo (esse tempo do escoamento perpétuo), o que determina uma experiência subjetiva do tempo totalmente diferente daquela até aqui examinada, em que o passado ou o presente podem tornar-se a dimensão privilegiada (V. Maffesoli, 1984). Esta linha teórica é importante porque vai transtornar um certo mecanicismo da linha marxista bastante difícil de evitar. Entre as várias considerações que foram feitas - e não apenas no âmbito da sociologia do tempo - destaca-se aquela que afirma que as imposições do tempo infinitamente produtivo é antes um projeto geral que pode encontrar mil formas de resistência, sutis, minuciosas, “cotidianas”, dispersas, mas que impedem a temporalidade capitalista de funcionar como sistema pleno. Isto é, contra as determinações imperiosas e violentas da produtividade, pode-se esperar ações e comportamentos “não-institucionalizados”, à procura de um outro tempo, talvez apenas insinuado, mas em todo o caso diferente daquele já modelado pela administração e pela empresa. Para compreender esta dinâmica, o conhecimento das várias alternativas teóricas nesta abordagem “culturalista” da instituição social do tempo devem também ser trabalhadas.

A temporalidade do trabalho intelectual

Estaria também o trabalho intelectual submetido às mesmas determinações do trabalho manual, isto é, submetido à mesma temporalidade da produtividade? Se tomarmos como fundamento da sociabilidade capitalista o conceito de trabalho abstrato como correlato à produção de mercadorias e como forma histórica dominante e universalizante, as duas modalidades de trabalho tradicionalmente diferenciadas tendem a se fundir, a ciência tende a se tornar ela própria uma força produtiva. “A função da maquinaria na moderna empresa de produção corresponde aos cálculos da tecnologia científica, aos cálculos (...) do pensamento universalmente socializado. Graças à sua unidade operacional de mensuração com as funções da máquina, o trabalho manual no processo contínuo de trabalho é socializado a tal ponto que permite estabelecer a igualdade de nível com a forma científica do pensamento. O trabalho intelectual nas ciências naturais e as funções físicas no processo de produção encontram-se em nível homólogo de socialização.

A unidade operacional de mensuração, na qual se expressa esse fato fundamental, postula a possibilidade da unidade social do trabalho manual e do trabalho intelectual” (Sohn-Rethel, 1971, p. 160).

Pode-se realmente postular a unidade do trabalho manual e o trabalho intelectual como tendência cada vez mais objetiva da sociedade capitalista, contudo a um nível analítico bastante preciso: o da enorme abstração que constitui os conceitos de produção social e de trabalho abstrato. No entanto, por mais que as determinações da produção social como produção de valores de troca, ou seja, de mercadorias tendam a igualar os dois tipos de trabalho, eles não se deixam facilmente equivaler do ponto de vista concreto das suas especificidades. Talvez seja mais prudente assumir que esta unidade é muito mais um problema do que uma determinação real que se impõe como força de lei. Assim, se caracterizarmos o trabalho manual como dependente de condições materiais precisas: objeto de trabalho, meio de trabalho, força de trabalho que, postos em relação mútua levam a um resultado preciso - o objeto útil, valor de uso ou mercadoria -, o trabalho intelectual, a não ser analogicamente, pode ser definido de maneira tão precisa (considero a tentativa de Althusser (1967, p. 159-169) de conceber a prática teórica como análoga ao processo de trabalho tal como Marx o descreve n’O Capital, livro I, capítulo 5, um equívoco). É preciso, para que não se desfigure o conceito, procurar estabelecer ao menos seus traços peculiares. “Uma coisa, porém, é medir, por exemplo, a eficácia dum trabalho produtor dum carro, outra medir a eficácia duma consulta médica, dum parecer ou duma aula. Quando o trabalho resulta num objeto exterior, a medida adere a ele e leva em conta as qualidades do ato de transformação da matéria. Como operar, a não ser agregadamente quando a prestação dum serviço se evapora num gesto?” (Giannotti, 1986, p. 43).

Apenas como princípio orientador, digamos que o trabalho intelectual é exercício do pensamento em atitude não de cumprir uma tarefa, mas antes de propor uma tarefa. Com esta observação já poderíamos identificar os primeiros traços de uma diferenciação temporal: ao cumprir uma tarefa, o tempo linear da execução se impõe; pode ser dividido, serializado, é o tempo da sucessão e da ordenação racional de gestos precisos, e toda a produtividade por aí se realiza. A previsibilidade, a remoção do acaso, a instauração do hábito e da rotina são compatíveis e inerentes ao ritmo do trabalho manual/industrial.

A grande maioria dos tipos de trabalho intelectual, na verdade, não exclui radicalmente essas características, mas a previsibilidade, a exclusão do acaso, a serialização, enfim, a perfeita regularidade racional figuram não como *condições* objetivas, mas sim como metas mais ou menos ideais. Quando entra em jogo o pensamento, a temporalidade da produtividade propriamente industrial dificilmente dará conta das características próprias do trabalho intelectual enquanto trabalho criador, livre, crítico e autônomo. Ai passariam a contar, como

mais decisivas, as condições subjetivas do trabalho: sentimento vivo de interesse, sensação de liberdade, curiosidade, gosto pelo desafio e pela dificuldade, etc., que estabeleceriam um ritmo não mais marcado pela regularidade linear. Em algumas formas de trabalho intelectual é bastante característica, pela ação do processo de reflexão, uma temporalidade essencialmente irregular. Pois a reflexão, enquanto idéia que volta sobre si mesma para dar conta integral de seu valor, alcance e legitimidade, pressupõe desconfiança em relação aos padrões consagrados de obtenção do conhecimento, implica na postura crítica permanente e numa atitude de prudência perante ao que se considera verdade. Já Descartes, numa linguagem essencialmente metodológica alertava para a necessidade de “fazer em toda parte enumerações tão completas e revisões tão gerais”, para ter “a certeza de nada omitir” (Descartes, 1962, p. 54). O acaso, o imprevisto, os momentos de indecisão, o recomeço são características marcantes de muitas formas de trabalho intelectual. Há, pois, uma dimensão do trabalho intelectual, por mais difícil que seja especificá-la, que não se deixa absorver pela temporalidade linear da produtividade: em outras palavras, o tempo do trabalho intelectual, por não poder ser totalmente previsto, serializado, dividido como tempo do trabalho manual/industrial, acarreta uma maior duração.

Fora estas características, evidentemente mais encontradas no âmbito daquilo que chamamos de pesquisa científica, no caso específico das atividades ligadas ao ensino, o trabalho intelectual se deixa mais facilmente identificar através de uma série de atividades, envolvendo, por exemplo, preparação de aulas, ministração de aulas, atendimento a alunos, orientação de pesquisa, dissertação ou tese, além de redação de artigos, “papers”, textos de natureza diversa, livros, coletâneas, etc. Itens todos que podem ser medidos, pelo menos quanto ao tempo “gasto”.

Assim, posta a tendência geral da temporalidade capitalista de reger as instituições, quaisquer que sejam, pelo tempo da produtividade, em que rapidez e eficiência tendem a ser sinônimos, é de se postular como hipótese, dadas as características próprias do tempo do trabalho intelectual, que, no interior da universidade, vamos encontrar um conflito entre a temporalidade da produtividade e o que chamaríamos a temporalidade do saber. Conflito que pode ser explícito, manifestando-se na crítica política e organizada dos professores universitários ao projeto de modernização, empresariamento e avaliação do trabalho docente, como implícito - e este é o que o nosso projeto gostaria de revelar e analisar - no cotidiano dos docentes nas suas condições de trabalho específicas.

A modernização da Universidade de São Paulo

A nosso ver, a Universidade de São Paulo apresenta-se como *locus* empírico privilegiado para o trabalho concreto das questões teóricas aqui levantadas. Na gestão do Prof. José Goldemberg (1985-1989) a USP conheceu com muita intensidade o impacto de um projeto acadêmico-científico de índole claramente modernizadora. A começar pelo próprio termo - modernização -, como ficou caracterizada aquela gestão, a questão da produtividade ganhou destaque, sendo objeto de inúmeros debates, polêmicas, análises e propostas, especialmente na forma da avaliação do desempenho acadêmico-científico (V. Chauí, 1989; Cardoso, 1989). Por outro lado, a USP viveu um período de total renovação de seus serviços e equipamentos de infra-estrutura, quando foram introduzidos micro-computadores em enorme quantidade, que rapidamente se integraram no cotidiano da Universidade. A rede telefônica foi consideravelmente ampliada, máquinas de escrever elétricas foram instaladas, novos prédios foram construídos, a prefeitura da Cidade Universitária ampliou consideravelmente suas funções, novos órgãos acadêmicos e administrativos foram criados, a editora da USP estabeleceu novas diretrizes de atuação, foi reformado o Estatuto da Universidade em meio a polêmicas sem fim, velhos departamentos se desmembraram dando origem a novos, foi criada uma imprensa universitária interna, a informação sobre todas as atividades acadêmicas foi amplamente difundida, o número de colóquios, mesas-redondas, *workshops* nacionais e internacionais se multiplicou, o episódio da lista dos improdutivos ainda não saiu da memória de todos, enfim, uma agitação permanente, uma solicitação cotidiana a respeito dos mais variados e imprevisíveis assuntos. Era a chegada do novo, do moderno, do progresso, em meio a uma discussão acalorada sobre a democratização e o autoritarismo na Universidade.

Nosso objetivo principal é investigar o impacto dessas inovações modernizadoras sobre o corpo docente da Universidade de São Paulo, especialmente no que diz respeito às suas condições de trabalho. Para tanto julgamos que os seguintes passos deverão ser dados:

- 1) Reconstrução da ideologia da modernização da Universidade, por meio de levantamento de artigos na grande imprensa e na imprensa interna da USP. Com isto, ficará elaborada a categoria de “modernização”, componente fundamental da temporalidade capitalista, tal como foi concretamente construída no período a ser estudado, bem como suas relações com os conceitos de produtividade e de avaliação.

- 2) Reconstrução dos aspectos materiais da modernização, como por exemplo, a implantação da infra-estrutura de equipamentos modernos (computadores, telefones, outros tipos de maquinários), bem como o crescimento do setor de serviços. A agilização das formas de comunicação social, característica do processo de modernização, também deverá ser

estudada. Neste período, houve enorme intensificação de atividades acadêmicas para o público universitário, na forma de conferências, seminários, debates, mesas redondas, etc., com participação bastante acentuada dos docentes.

3) Finalmente, o ponto central da pesquisa: a relação dos docentes com seu trabalho e as formas de temporalidade nela envolvidas. Pensamos seguir a distinção entre as três áreas básicas do conhecimento - humanidades, biológicas e exatas - pois a temporalidade de cada uma delas tem características específicas quanto ao ritmo do trabalho, quanto ao modo de construção de suas próprias temporalidades. Daremos prioridade ao ponto de vista do docente: como ele vive o conjunto dessas alterações, como percebe as mudanças efetivas que foram introduzidas na sua área específica, como se sente perante as novas expectativas geradas pelo conjunto das inovações, se realmente alterou seu ritmo de trabalho, como se utiliza das inovações tecnológicas, como se representa o controle sobre seu próprio processo de trabalho. Procuraremos detectar suas representações sobre os conceitos de moderno, modernidade, eficiência, progresso, produtividade. Solicitaremos sua descrição sobre pontos específicos do cotidiano de seu trabalho relativos ao tempo dedicado à leitura, à reflexão, às atividades didáticas e de pesquisa. Pretendemos dar destaque à questão ao gosto pelo trabalho, seu envolvimento, seu interesse, sua sensação ou não de realização, especialmente o modo como sente a duração do seu trabalho.

Esperamos que, com esta pesquisa, se possa determinar com mais exatidão as especificidades do tempo de trabalho intelectual e se possa perceber, com mais clareza, o que significa a produtividade como valor e finalidade para os produtores de conhecimento, de pesquisa e reflexão. Esperamos também que, com os dados obtidos, possamos contribuir para uma reflexão mais apurada sobre o conflito entre a temporalidade da produtividade e a temporalidade do saber.

Recebido para publicação em março/1991

BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 155-168, 1991.

BRUNI, José Carlos. Time and intellectual work. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 155-168, 1991.

ABSTRACT: Why the generalised sensation of lack of time? Taking this question as its starting point, this article aims to explore some forms of temporality in modern society, in order to analyse the proper time of intellectual work: the temporality of knowledge, by assumption irreducible to the time-saving rationale of productivity. I shall begin with a discussion on the peculiar temporality of capitalist society: a linear, homogeneous and decomposed time as it is dominated by the productivity imperative. I mention the importance of cyclical time, which capitalism did not abolish entirely, in order to introduce the specificity of intellectual work time - characterized by creation and chance. The research intends to explore how, in the work of the teachers' staff of the University of São Paulo, the problem of productivity rhythms (brought by the modernization of the university) is faced in reference to the pace of the creation of knowledge.

UNITERMS: time, linear time, cyclical time, productive temporality, knowledge temporality, modernization, USP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUESSY, Honorat. Interprétations sociologiques du temps et pathologie du temps dans les pays en développement. In: RICOEUR, Paul et alii. *Le temps et les philosophies*. Paris, Payot/Unesco, 1978. p. 95-108.
- ALTHUSSER, Louis. *Análise crítica da teoria marxista*. Rio de Janeiro, Zahar Ed., 1967.
- BACHELARD, Gaston. *A dialética da duração*. São Paulo, Ática, 1988.
- BAUDRILLARD, Jean. *Le système des objets*. Paris, Gallimard, 1968.
- BENJAMIN, Walter. *Charles Beaudelaire, um lirico no auge do capitalismo*. São Paulo, Brasiliense, 1989.
- BERGMANN, Werner. Das Problem der Zeit in der Soziologie. *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*, Colônia, 35: 462-504, 1983.
- BERNARDI, Maria Amalia. Não adianta: o dia só tem 24 horas. *Veja/São Paulo*, São Paulo, Ano 23, nº 17, 2 mai. 1990. p. 10-17.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. A modernização da universidade brasileira e a questão da avaliação. In: MARTINS, Carlos Benedito (org.). *Ensino Superior Brasileiro. Transformações e Perspectivas*. São Paulo, Brasiliense, 1989. p. 111-135.
- CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

- BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. *Tempo Social*; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 155-168, 1991.
- CHAUI, Marilena. Produtividade e humanidades. *Tempo Social: Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, 1 (2): 45-71, 2º sem. 1989.
- DESCARTES, Renée. Discurso do Método. In: _____. *Obra escolhida*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.
- DURKHEIM, Émile. *Les formes élémentaires de la vie religieuse*. Paris, P.U.F., 1960.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FRAISSE, Paul. *Psychologie du rythme*. Paris, P.U.F., 1974.
- GIANOTTI, José Arthur. *A universidade em ritmo de barbárie*. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- HABERMAS, Jürgen. *Der philosophische Diskurs der Moderne. Zwölf Vorlesungen*. Frankfurt, Suhrkamp, 1985.
- LE GOFF, Jacques. Tempo e trabalho. In: _____. *Para um novo conceito de Idade Média*. Lisboa, Ed. Estampa, 1980. p. 19-133.
- JEANNIÈRE, Abel. Les structures pathogènes du temps dans les sociétés modernes. In: RICOEUR, Paul et alii. *Le temps et les philosophies*. Paris, Payot/Unesco, 1978. p. 109-124.
- MAFFESOLI, Michel. *A conquista do presente*. Rio de Janeiro, Rocco, 1984.
- MIER, Raymondo. Pos-modernidad: la frase y su finitud. *Sociológica*, Universidad Autonoma Metropolitana, Azcapotzalco, ano 3, nº 7/8, mai./dez. 1988. p. 313-333.
- PRONOVOST, Gilles. The sociology of time. *Current Sociology*, London, Sage Publications, vol. 37, nº 3, Winter 1989.
- NEGT, Oskar. *Lebendige Arbeit. Enteignete Zeit: politische und kulturelle Dimensionen des Kampfes um die Arbeitszeit*. Frankfurt, Campus Verlag, 1984.
- NISBET, Robert. *História da idéia de progresso*. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1985.
- RICOEUR, Paul et alii. *As culturas e o tempo*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/Edusp, 1975.
- RINDERSPACHER, J.P. & ERMERT, A. *Zeiterfahrung in der Leistungsgesellschaft*. In: BURGER, Heinz (org.). *Zeit, Natur und Mensch*. Berlin, Berlin Verlag, 1986.
- ROUANET, Sérgio Paulo. A verdade e a ilusão do pós-moderno. In: _____. *As razões do iluminismo*. São Paulo, Cia. das Letras, 1987. p. 229-277.

BRUNI, José Carlos. Tempo e trabalho intelectual. **Tempo Social**; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 3(1-2): 155-168, 1991.

SCHWARTZMAN, Simon. Funções e metodologias de avaliação do ensino superior (1ª parte). *Dois Pontos*, Brasília, SESU/MEC, nº 37, set. 1987, ed. especial.

SILVA, Franklin Leopoldo e. O papel das humanidades no contexto tecnológico. *Revista da Universidade de São Paulo*, São Paulo, nº 4, mar. 1987, p. 65-74.

SOHN-RETHEL, Alfred. *Geistige und Körperliche Arbeit*. Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1971.

THOMPSON, Edward P. Tiempo, disciplina y capitalismo. In: _____. *Tradición, revuelta y conciencia de clase*. Barcelona, Ed. Crítica, 1979. p. 239-293.

xx Quanto vale uma universidade? *Cadernos USP*, São Paulo, nº 1, CODAC/USP, out. 1986.